



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG, com sede, domicílio e foro na cidade de Cariacica-ES, cuja gestão e controle compete ao Governo do Estado do Espírito Santo, com base da Lei Complementar 81/96 e Lei Complementar 239/02.

Seus objetivos principais são os de construir, instalar e administrar a Centrais de Abastecimento de forma a orientar e disciplinar a distribuição e alocação de produtos hortifrutigranjeiros e demais produtos de origem rural, atuando como entidade de apoio e fomento à comercialização de tais produtos, de acordo com as diretrizes da SEAG.

Sua missão institucional é fomentar o abastecimento de FLV de alta qualidade para a sociedade, em consonância com a legislação vigente e as boas práticas de mercado, por meio do apoio ao produtor rural, da manutenção de programas de controle de qualidade e da oferta de infraestrutura apropriada de comercialização.

No exercício, a Companhia convocou os aprovados em concurso público para recomposição do quadro de pessoal, promovendo a substituição de parte dos cargos comissionados por servidores de carreira. Houve, ainda, ampliação do quadro funcional para atendimento das demandas operacionais, bem como a contratação de policiais militares para os serviços de segurança e vigilância do espaço físico, visando à preservação do patrimônio e à segurança dos usuários.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da CEASA/ES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei 11.638/07, MP 449/08, Lei 11.941/09 abrangendo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao setor público.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de janeiro de 2026

a) Principais Práticas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação das vidas úteis econômicas do ativo



imobilizado, provisões necessárias para ações judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social, e outras estimativas. Os resultados realizados podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

b) Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram adotadas com uniformidade em todos os exercícios apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades incluem, caixa e equivalente de caixa, composto por numerários em espécie, saldos bancários em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado.

b) Instrumentos Financeiros (Classificação e Mensuração de Recebíveis)

Os recebíveis da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber e demais contas a receber, são classificados no ativo circulante, com exceção daqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço que são classificados como ativos não circulantes.

c) Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia.

d) Estoques

Os estoques estão avaliados pelo custo de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Perdas por desvalorização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são reconhecidos quando considerado necessário pela Administração.



e) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, cujas taxas são definidas de acordo com cada grupo de ativo. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados no resultado.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

Imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante

h) Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

i) Receitas diferidas

Referem-se a subvenções recebidas do Governo do ES mediante reformas de galpões da Companhia. Nos termos da NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, são reconhecidas inicialmente no passivo, na rubrica "Receitas Diferidas" e apropriadas como receita ao longo do período de vida útil dos bens objeto das reformas, na medida em que estes forem sendo depreciados.

j) Processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais, conforme descrito na Nota nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos.



k) Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos incorridos.

l) Impostos de renda e contribuição social

O Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados com base nas regras do Lucro Real Trimestral.

m) Apuração do resultado e reconhecimento de receitas

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são adicionadas/excluídas as parcelas correspondentes ao imposto de renda e a contribuição social, quando aplicável. A receita por serviços prestados é reconhecida quando da prestação de serviços ao usuário, tendo como base de reconhecimento os prestados até a data do balanço. Os custos e as despesas incorridos são reconhecidos diretamente no resultado.

n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa		0
Bancos conta movimento	104.802	70.943
Aplicações financeiras	<u>11.726.038</u>	<u>9.719.950</u>
	11.830.841	9.790.893

Os valores de caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em caixa, conta corrente e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 (noventa) dias da data do balanço. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.



5. Créditos a receber

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Antecipação de pessoal	32.996	6.752			32.996	6.752
Adiantamentos a prestadores de serviços	4.822	4.822			4.822	4.822
Valores a receber de ambulantes	13.877	8.200			13.877	8.200
Concessionários - Aluguel/Água e Luz	1.241.693	1.106.392			1.241.693	1.106.392
Comerciantes individuais	70.213	56.065			70.213	56.065
Pregoeiros - Peixe e Pescados	7.545	7.892			7.545	7.892
Comerciantes sem ponto	225	5.377			225	5.377
Créditos a receber de longo prazo				470.292	0	470.292
Ações judiciais			3.272.675	3.223.660	3.272.675	3.223.660
(-) Provisão para perdas sobre créditos (*)			(2.829.740)	(3.693.952)	(2.829.740)	(3.693.952)
	1.371.371	1.195.500	442.934	0	1.814.306	1.195.500

Referem-se a valores a receber no curso normal de suas operações, não havendo inadimplência ou previsão de não recebimento que justifique a constituição de provisão para perdas sobre créditos incobráveis de curto prazo.

(*) Essa provisão para perdas decorre do fato dos créditos a receber de longo prazo e dos créditos objeto das ações judiciais, também de longo prazo, apresentarem remota possibilidade de recebimento, sendo portanto, incobráveis.

6. Estoques

	2025	2024
Almoxarifado	113.172	115.134
	113.172	115.134

Referem-se a materiais diversos destinados a manutenção e expediente no curso normal das atividades da Companhia. Nesse sentido, a Administração julgou desnecessário reconhecer no resultado do período qualquer redução de valor dos seus estoques em razão de obsolescência ou quebras de estoque.

7. Outros créditos a receber

	2025	2024
Acordos concessionários CEASA	105.739	116.529
	105.739	116.529

Correspondem a valores a receber junto a lojistas objeto de acordos administrativos para o seu recebimento.



8. Imobilizado

	Taxa de depreciação (a.a.)	Em 31 de dezembro de 2024	Adições	Baixa	Transferências	Em 31 de dezembro de 2025
Custo						
Edificações	4%	7.964.709				7.964.709
Urbanizações	4%	2.977.913				2.977.913
Terrenos		133.559				133.559
Veículos e acessórios	20%	38.578		(38.178)		400
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	361.607	863	(179.808)		182.662
Móveis e utensílios	10%	421.774	93.362	(141.393)		373.742
Instalações	10%	8.005				8.005
Utensílios de copa e cozinha	10%	13.886		(2.179)		11.707
Máquinas de escritório	10%	136				136
Aparelhos de telecomunicações e instalações	10%	1.500	9.808	(1.500)		9.808
Informática	20%	130.350	102.107	(47.596)		184.861
Estudos e projetos	4%	190.199				190.199
Máquinas e equipamentos natureza industrial	10%	71.555		(71.555)		0
Total		12.313.771	206.139	(482.209)		12.037.701
(-) Depreciação acumulada		(4.192.645)	(412.109)	285.643		(4.319.111)
Saldo do Imobilizado		8.121.126	(205.970)	(196.565)		7.718.590

Com base no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, a Entidade deve aplicar procedimentos objetivando que seus ativos não financeiros geradores de caixa estejam registrados por valor que não exceda seus valores de recuperação, seja pelo uso ou pela venda desses ativos. No caso de se verificar que o valor recuperável desses ativos seja inferior ao seu valor contábil, a diferença deve ser reconhecida como perda por desvalorização. Em 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia obteve de corretores especializados evidências de que os seus ativos geradores de caixa não apresentavam indícios de perda por não recuperabilidade, posto que, em razão da sua localização, seus valores de mercado superavam por larga margem os registrados nas demonstrações financeiras.

9. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores	339.142	540.640
	339.142	540.640

Referem-se substancialmente a obrigações junto a prestadores de serviços no curso normal das atividades da Companhia, cujos valores se vencem no exercício seguinte.



10. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisões de férias	409.632	363.165
INSS e FGTS a Recolher	198.495	31.935
Imposto de renda retido na fontes	102.285	83.672
Férias e adicionais a pagar		21.931
Empréstimos consignados em folha de pagamento	28.554	28.218
Contribuição sindical dos empregados a recolher		23
Outras contas a pagar	4.535	
	743.501	528.943

11. Obrigações tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cofns a recolher	26.991	25.518
Csll/Cofns/Pis retido recolher	38.005	51.432
Difal a recolher	0	0
INSS retido - Notas Fiscais de servico	93.237	121.532
Irrf sobre servicos de terceiros a recolher	10.625	47.496
Issqn a recolher	65.903	80.660
Pis a recolher	5.860	5.540
	240.621	332.178

12. Parcelamento de tributos

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Parcelamento de ISS - Fortaleza AF 0138/2024	9.618	0	29.655	0
Parcelamento de ISS - Fortaleza Auto 230/2024	55.537	0	203.619	0
	67.180	0	233.274	0

Trata-se de acordo realizado com a Prefeitura de Cariacica junto a empresa FORTALEZA AMBIENTAL GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA sobre o pagamento do saldo devedor de ISS com o parcelamento de uma Ação fiscal e de um Auto de infração.

13. Obrigações administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Agua e Esgoto a pagar	99.787	70.008
Energia Eletrica a pagar	2.023	203.267
	101.810	273.276



14. Receitas diferidas

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receitas diferidas	14.984	179.811	4.315.473	4.315.473	4.330.457	4.495.284
	14.984	179.811	4.315.473	4.315.473	4.330.457	4.495.284

Trata-se de subvenções recebidas do Governo do Estado do Espírito Santo mediante reformas promovidas em instalações da Companhia, cujos valores serão amortizados contra o resultado, na medida em que os bens forem sendo depreciados.

15. Provisão para ações judiciais

A Entidade é parte envolvida (como ré) em ações judiciais de natureza cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, o montante dos processos classificados em 31 de dezembro de 2025 com probabilidade de perda provável perfaz o montante de R\$ 1.883.193,06 Para estes, nos termos da NBC TSP 03, harmônica com o CPC 25 e NBC TG 25 (R2), que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração da Companhia decidiu pela constituição de provisão em montante que considera suficiente para fazer face às aludidas demandas.

Os processos que envolvem riscos de perda classificados na avaliação de nossos consultores jurídicos como possíveis não foram provisionados e totalizam o valor de R\$ 2.532.640.

- **Processos classificados como provável perda (provisionados)**

	2025	2024
Cível	114.137	82.210
Trabalhista	1.769.056	2.187.536
	1.883.193	2.269.746

- **Processos classificados como sendo de possível perda (não provisionados)**

	2025	2024
Cível	1.100	1.055.833
Trabalhista	349.675	554.999
Tributária	921.808	921.808
	1.272.583	2.532.640



16. Patrimônio líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Capital social (a)	3.159.557	3.159.557
Reservas de capital	313.339	313.339
Reservas de lucros	7.942.557	7.942.557
Reserva legal e estatutária (b)	631.911	253.743
Ajuste de exercicios anteriores (c)		(4.057.636)
Lucro ou prejuizo acumulado	1.942.769	3.290.342
	13.990.134	10.901.902

(a) O capital social da Companhia está dividido em 3.159.556,67 Ações Ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, sendo o maior acionista o Governo do Estado do Espírito Santo, conforme apresentado no quadro abaixo:

Acionistas	2025		2024	
	Valor R\$	% s/ total	Valor R\$	% s/ total
Governo do Estado do Espírito Santo	3.039.545	96,2%	3.039.545	96,2%
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	120.000	3,8%	120.000	3,8%
Outros	12	0,0%	12	0,0%
Total	3.159.557	100,0%	3.159.557	100,0%

(b) O aumento de R\$ 378.168 observada no saldo de Reserva legal e estatutária corresponde ao limite de saldo de 20% sobre o capital social conforme Lei 6.404/76 (art. 193)

(c) A perda do saldo negative de R\$ 4.057.636 nessa conta corresponde ao confronto com saldo de Lucros ou Prejuizos Acumulados, conforme CPC 23 POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO.

17. Receita líquida de prestação de serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Área para Exposição	3.950	
Arrecadacao Portaria	5.646.575	5.472.146
Concessao de Uso de Areas	9.391.496	9.277.469
Serviços de Inscrição em Concurso Público		317.200
Ressarcimento de Iptu	381	
Taxa de Utilizacao de Area	4.031.558	2.470.840
(-) Anulação de Serviços Prestados	(76.387)	
(-) COFINS	(275.013)	(263.570)
(-) ISSQN	(273.242)	(268.767)
(-) PIS Faturamento	(59.707)	(57.223)
	18.389.611	16.948.095



18. Despesas de pessoal

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(-)Salários e ordenados	(4.623.355)	(3.814.807)
(-)Gratificações	(544.437)	(551.908)
(-)Décimo terceiro salário	(418.038)	(331.945)
(-)Férias e adicionais	(291.609)	(252.002)
(-)Encargos sociais	(1.996.977)	(1.568.497)
(-)Benefícios a empregados	(1.313.878)	(705.660)
	(9.188.294)	(7.224.819)

19. Despesas administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(-)Aluguéis e arrendamentos	(129.158)	(133.560)
(-)Energia elétrica e água e esgoto	(3.088.219)	(3.212.634)
(-)Despesas com comunicação	(27.872)	(87.306)
(-)Despesas com manutenção	(172.960)	(46.830)
(-)Anúncios e publicações	(46.724)	(72.021)
(-)Combustível e lubrificantes	(34.988)	(31.571)
(-)Custas judiciais e emolumentos	(9.804)	(102.889)
(-)Materiais de expediente e outros	(70.530)	(49.359)
(-)Precatórios		(29.279)
(-)Viagens e estadias	(14.234)	(3.554)
(-)Convênios e parcerias	(1.410)	0
(-)Abracen - Associação Bras. das Centrais de Abastecimento	(35.490)	(33.000)
(-)Outras despesas administrativas	(49.529)	(14.320)
	(3.680.919)	(3.816.324)

20. Despesas com serviços de terceiros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(-)Prestação de serviços de terceiros	(10.496.945)	(9.448.727)
(-)Assessoria e Consultoria Contábil		(83.395)
(-)Assessoria e Consultoria Jurídica	(436.085)	(489.991)
(-)Serviços de Auditoria	(43.200)	(25.000)
	(10.976.230)	(10.047.112)



21. Despesas tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(-)ICMS e Difal	(948)	(1.503)
(-)Iptu	(38.135)	(31.658)
(-)Taxas	(32.273)	(16.278)
	<u>(71.355)</u>	<u>(49.440)</u>

22. Receitas de remessas do Governo do ES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas de remessas do Governo do ES	6.564.491	6.694.592
	<u>6.564.491</u>	<u>6.694.592</u>

23. Outras receitas operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ganhos com Processos Cíveis		
Outras Receitas	17.257	19.399
Receitas Diferidas	164.828	
Restituições / Ressarcimentos	31.248	24.705
Taxa Refazimento de DUA		905
Descontos Diversos		4.247
Repasse para UG 800102 - Adm Geral SEFAZ		21
	<u>213.332</u>	<u>49.277</u>

24. Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Descontos Obtidos	1	0
Juros Recebidos ou Auferidos	304.578	56.326
Rendimento de Aplicação Financeira	1.391.561	769.686
Rendimento de Poupança	54	
Restituição de Multas e Juros	149	
(-) Multas punitivas	(13)	(2.176)
(-) Atualização Monetária	(23.435)	
(-) Descontos Concedidos	(562)	(3)
(-) Despesas Bancárias		(1.068)
(-) Juros e Multas Pagos ou Incorridos	(207)	(3.562)
(-) Tarifas Bancárias	(1.923)	(966)
	<u>1.670.202</u>	<u>818.236</u>



25. Benefícios a empregados

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, benefícios a empregados incluem benefícios como vencimentos, remunerações, subsídios e contribuições para a seguridade social; licença anual remunerada e licença médica remunerada; participação nos lucros e bônus; benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais; benefícios de aposentadoria (por exemplo, pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria); e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego, que se espera sejam liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços.

Em 31 de dezembro, os benefícios a empregados da Companhia se resumiam a:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FGTS a pagar	34.570	
Férias e adicionais a pagar	0	21.931
Provisão de férias e adicionais	333.104	282.811
Provisão Fgts sobre férias	7.348	19.420
Provisão Inss sobre férias	69.180	60.934
	<u>409.632</u>	<u>385.095</u>

26. Partes relacionadas

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, exige a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas onde exista o controle e a divulgação de informações sobre as transações entre a entidade e suas partes relacionadas em certas circunstâncias. Essas informações são exigidas para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para facilitar uma melhor compreensão da situação patrimonial e de desempenho da entidade que reporta. Partes relacionadas são consideradas relacionadas se uma parte tem a capacidade de (a) controlar a outra parte, ou (b) exercer influência significativa sobre a outra parte nas decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade considerada parte relacionada e outra entidade estão sujeitas a controle comum. Partes relacionadas incluem:

- entidades que direta, ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, controlam ou são controladas pela entidade que reporta;
- membros próximos da família do indivíduo: cônjuge, companheiro(a), filho(a) dependente ou parente vivendo na mesma residência; avô(ó), pai(mãe), filho(a) não dependente, neto(a), irmão ou irmã; e cônjuge ou companheiro(a) de filho(a), sogro(a), cunhado(a).
- pessoal-chave da administração: inclui todos os diretores ou membros do corpo administrativo da entidade que reporta quando esse corpo administrativo possuir a autoridade e a responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade. Quando a entidade está sujeita à supervisão de representante eleito ou nomeado pelo corpo administrativo do Governo ao qual a entidade pertence, esse representante deve ser incluído no pessoal-chave da administração, se a função de supervisão incluir a autoridade e a responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades da entidade





As transações com partes relacionadas estão demonstradas no quadro seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remuneração da administração	347.777	390.945
Remessas recebidas do Governo do ES	6.564.491	6.694.592
Subvenções recebidas do Governo do ES	4.330.457	4.495.298
	11.242.725	11.580.836


SIDNEI BETZEL NAAK
Contador

CPF:070.484.777-92 CRC:011186/O-9
RG:1354118


ANTONIO CARLOS CESQUIM DINIZ
Diretor Presidente
CPF:57462348772
RG:423811


ANDREW SANT'ANA SANTOS
Contador
CPF:161.939.787-04 CRC:ES-024108/O
RG:4208952